

Barômetro da Violência e da Segurança na Cidade do Recife

José Maria Nóbrega¹

RESUMO: Recife é a capital mais violenta do Brasil e vem se apresentando entre aquelas com as cinco maiores taxas de homicídios das capitais brasileiras nos últimos 14 anos (WAISELFISZ, 2007 e 2008; NÓBREGA JÚNIOR, 2008). A segurança pública é uma variável importante para a redução dos homicídios e da criminalidade violenta de uma forma geral, ou seja, políticas públicas de segurança atenuam consideravelmente os indicadores de violência (SAPORI, 2008; KHAN, 2008). A segurança pública aparece como um bem escasso para a maioria dos cidadãos recifenses. Cerca de 74% deles avaliam a situação da segurança na cidade como ruim ou péssima e 78% opina que a violência vem aumentando, conforme pesquisa realizada pelo IPESPE (Instituto de Pesquisa Econômica e Social de Pernambuco). Baseado nesta pesquisa, a proposta central foi avaliar o nível de percepção do eleitor recifense sobre a violência e o papel da segurança pública num contexto democrático. Os resultados apontam para uma realidade contraditória, onde boa parte da população acredita ser importante a segurança pública como preocupação do prefeito, mas “admitem” práticas antidemocráticas, como são as dos grupos de extermínio.

Palavras-chave: *segurança, homicídio, políticas públicas e percepção.*

INTRODUÇÃO

Recife se apresenta como a capital mais violenta do Brasil. Sua taxa de homicídios em 2006 foi de 68 por cem mil habitantes, com os números absolutos numa média de 1.000 mortes anuais, sendo responsável por praticamente $\frac{1}{4}$ dos homicídios de todo o Estado de Pernambuco. Este é o mais violento da nação, com uma taxa na ordem de 53,5 homicídios por cem mil habitantes para o ano de 2006 (SIM/DATASUS) sendo responsável por cerca de 10% dos homicídios do Brasil.

O estado de verdadeira carnificina que vem passando a capital do estado mais violento do país parece não ser variável suficiente para criar um estado de espanto na maioria de sua população. Os noticiários diários apontam para uma carnificina, sobretudo de jovens que corresponde a mais da metade dos homicídios, e isso não é levado em conta no momento de escolher os governantes que irão gerir a coisa pública, inclusive a gestão da segurança pública.

¹ Pesquisador do NICC-UFPE e doutorando do PPGCP-UFPE.

A segurança pública é um bem comum que passa por uma séria escassez para os cidadãos brasileiros. Boa parte da literatura que trata da questão da violência coloca a segurança pública como variável importante, ou seja, as políticas públicas de prevenção e repressão ao crime (Nóbrega Júnior, 2008). Este quando visto como o crime violento é pouco difundido em sua definição, podendo ser desde roubo e furto ao homicídio. Destacamos que o crime de homicídio, quando considerado um *proxy* para a violência, mostra relações causais contraditórias devendo ser estudado em diversos contextos (Nóbrega Júnior, 2009a e 2009b; Soares, 2008).

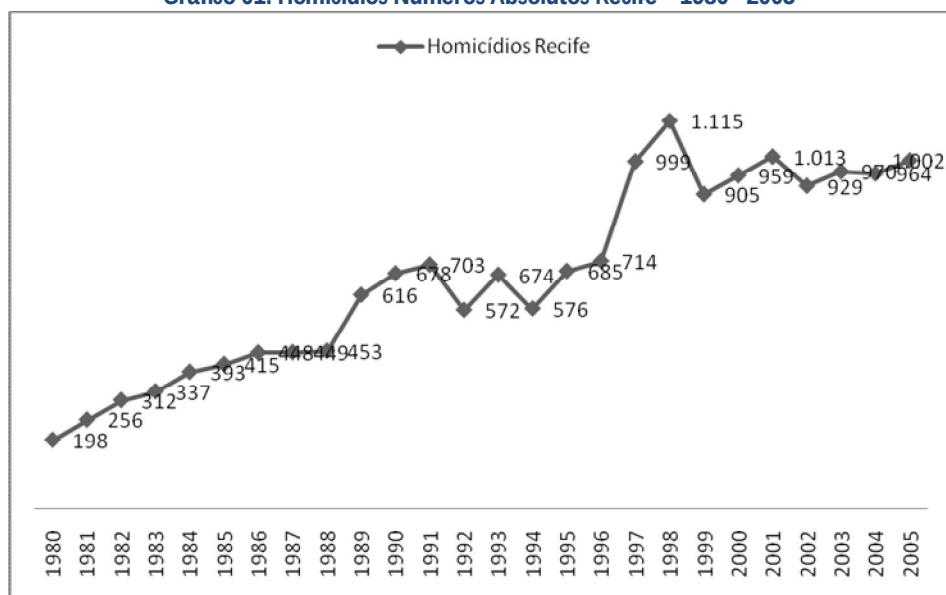
Contudo, o propósito deste trabalho é estudar a percepção do recifense em torno da violência e da segurança pública. Analisando a dinâmica da criminalidade homicida numa primeira seção, depois avaliando o papel da segurança como política pública no enfrentamento à criminalidade. Aí alicerçamos nosso referencial teórico para, daí, avaliarmos o impacto da violência e do quesito segurança no processo político eleitoral da cidade do Recife nas últimas eleições para prefeito. Como suporte empírico temos a pesquisa do IPESPE (Instituto de Pesquisa Econômica e Social de Pernambuco), que foi realizada entre os dias 30 e 31 de outubro de 2008, onde consta uma matéria em específico: a segurança pública e a violência como temas importantes na hora de decidir o voto.

1. DINÂMICA DA VIOLÊNCIA HOMICIDA NA CIDADE DO RECIFE

Os homicídios no Brasil vem tendo um incremento percentual de aproximadamente 5,6% anuais desde o início da década de 1980 (Cerqueira, 2007). Tal incremento em termos de números absolutos corresponde a 1.580 mortes ano a ano nos índices de homicídio (Soares, 2008). Uma verdadeira epidemia homicida que vem grassando toda a sociedade brasileira. Pernambuco tem papel de destaque. Responsável por praticamente 10% dos homicídios do Brasil, o estado vem acalentando os primeiros lugares desse ranking desde, pelo menos, meados da década de noventa.

A série temporal demonstrada no gráfico 1 aponta para o crescimento acentuado dos homicídios na capital pernambucana. Com alguns pontos de *out-liers*, com uma tendência de crescimento no *index* de homicídios.

Gráfico 01: Homicídios Números Absolutos Recife – 1980 - 2005

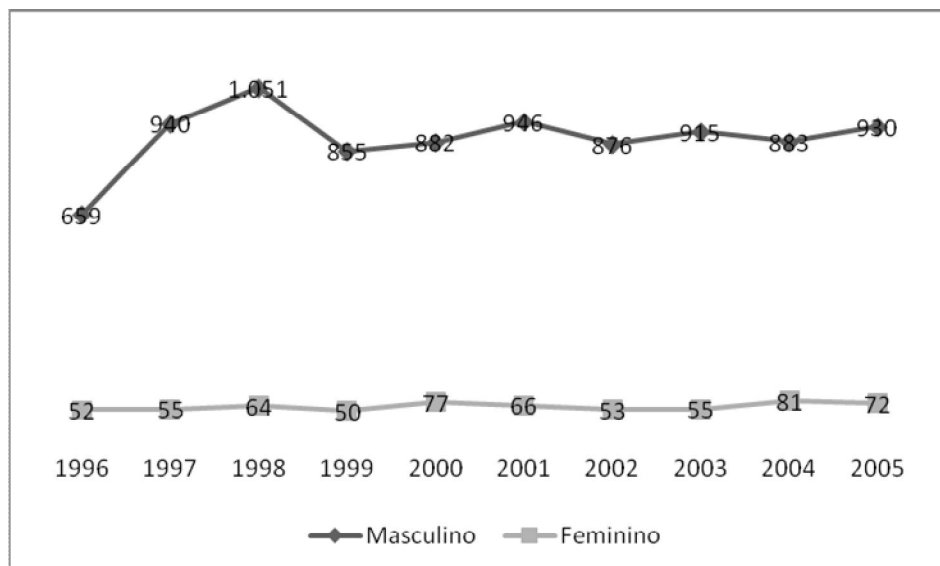


Fonte: SIM/DATASUS (2007)

Em 1980 foram 198 mortes por homicídio na cidade, a tendência de crescimento elevou este número para 1.115 mortes em 1998 e de lá para os nossos dias pouco se modificou, aumentando e reduzindo numa escala bem elevada. Ou seja, desde 1999 tem aumentado e diminuído, oscilando, apresentando uma constante estabilidade com tendência positiva (Nóbrega Júnior, 2009d).

Os jovens do sexo masculino são responsáveis por praticamente 65% dos homicídios praticados no grande Recife. Em 1980 o número de mortes entre eles – jovens entre 15 e 29 anos de idade – foi de 79 mortes com uma taxa de 45,4 homicídios por cem mil habitantes jovens dessa faixa etária e do sexo masculino. O incremento foi fantástico, em 1998 foram 713 jovens assassinados na cidade e uma taxa por cem mil de 374,3, i.e., uma verdadeira carnificina juvenil.

Gráfico 02: Homicídios Números Absolutos – Feminino/Masculino – 1996-2005
Cidade do Recife



Fonte: SIM/DATASUS (2008)

As mulheres participam com pouco mais de 8% dos homicídios na cidade. Contudo, o gráfico aponta para uma oscilação com momentos de pico e queda nos números absolutos de mortes por assassinato de mulheres. O que explica isto? De 1996 a 2005 a média foi de 273,5 mortes do total do estado de Pernambuco, com uma taxa média de 6,5 homicídios por cem mil mulheres pernambucanas. Na cidade do Recife o quadro não muda, enquanto os homens são responsáveis por mais de 90% dos homicídios, as mulheres respondem por uma média de 62,5 mortes para o mesmo período, ou uma taxa de 8,2 mortes por cem mil habitantes femininos, tendo anos de pico, como em 2004 onde ocorreram 81 mortes de mulheres na cidade de um total de 964 homicídios, que correspondeu a 8,5% do total.

No que diz respeito às faixas etárias, as crianças são pouco atingidas pela criminalidade homicida, mas quando há um fato em que elas são vitimadas o impacto midiático é maior. Analisando o quadro abaixo dá para se ter uma melhor avaliação das mortes violentas praticadas segundo faixa etária:

Tabela 1: Mortes por Agressão – Recife-Faixas etárias (0-29) – 2000 a 2005

Faixa Etária	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Menor 1 ano	1	0	0	0	0	0
1 a 4 anos	0	0	4	3	1	1
5 a 9 anos	1	1	1	2	2	2
10 a 14 anos	16	15	14	12	16	17
15 a 19 anos	183	217	180	167	237	237
20 a 29 anos	459	463	436	476	422	453
Total	660	696	635	660	678	710

Fonte: SIM/DATASUS (2008).

Os jovens com menos de dez anos de idade são pouco vitimados por homicídio. Já a partir dos dez anos de idade passam a ser cada vez mais atingidos, tendo seu ápice entre 20 e 29 anos de idade. Nesta faixa etária são responsáveis por quase oitenta por cento dos homicídios juvenis, estes responsáveis por 65% a 70% dos homicídios totais da cidade.

Desde 1996, pelo menos, Recife vem apontando como a capital mais violenta do país. Como os jovens entre 15 e 29 anos de idade são os mais atingidos (cf. tabela 1), elencamos um ranking por taxas nessa faixa etária inserindo a variável sexo entre as dez capitais mais violentas do país. As taxas de homicídios entre jovens no Recife é quase o dobro da taxa de São Paulo, com um agravante, este estado vem diminuindo consideravelmente suas taxas nos anos subsequentes não sendo visto o mesmo para a capital pernambucana que mantém uma incômoda estabilidade pelo alto.

Tabela 2: Taxas de Homicídios Juvenil - Capitais do Brasil mais violentas (15-29 sexo masculino - 2004)

		TX_15-29 (MAS)
1º lugar	Recife (PE)	297,4
2º lugar	Porto Velho (RO)	269,7
3º lugar	Vitória (ES)	264
4º lugar	Maceió (AL)	260,6
5º lugar	Belo Horizonte (MG)	231,3
6º lugar	Rio de Janeiro (RJ)	213,3
7º lugar	São Paulo (SP)	152,6
8º lugar	Cuiabá (MT)	151,5
9º lugar	Macapá (AP)	147,7
10º lugar	João Pessoa (PB)	132,5

Fonte: SIM/DATASUS (2007)

Dessas dez capitais mais violentas por homicídios juvenis masculinos, encontramos três capitais nordestinas, responsáveis por 30% neste ranking. O envolvimento dos jovens do sexo masculino com o tráfico e o crime organizado é uma variável importante e deve ser avaliada. A maioria desses jovens, mais de 90%, é eliminada por arma de fogo, sendo boa parte dessa matança causada por envolvimento em acerto de contas com o tráfico. No caso do Recife podemos especular, com grandes chances de acerto, o envolvimento desses jovens com o tráfico individual ou formiguinha (Oliveira, 2007) nas comunidades mais pobres, mas não é a única explicação. Bairros como Ibura, Ilha de Joana Bezerra, Beberibe e Santo Amaro possuem as maiores taxas de assassinatos, em sua gritante maioria formada de jovens, da Região Metropolitana do Recife.

Boa parte desses homicídios é praticada por arma de fogo. Como isso é uma tendência nacional, Soares (2008) aponta um grande grau de correlação entre o crescimento dos homicídios com a proliferação de armas de fogo no país, desde, pelo menos, 1979.

Os dados mostram a ocorrência de uma mudança a longo prazo na composição dos homicídios por instrumento, com o crescimento sistemático da participação das armas de fogo: de 1979 a 2001, inclusive, o emprego de armas de fogo cresceu de 43% para 69%, mas os dados cobrem 23 anos, um amplo período. O aumento anual foi de aproximadamente 1,2%. No primeiro ano, os limites possíveis seriam um decréscimo de 43% sobre o total até um crescimento de 57% sobre o total (Soares, 2008: p. 37).

Com os dados apresentados no modelo de regressão ($R^2=0,96$) Soares (2008) sugere que políticas públicas de restrição às armas são importantes para a redução dos homicídios no Brasil, não sendo diferente para o caso do Recife.

Como vimos, os jovens são os mais atingidos pela verdadeira carnificina que se mostra endêmica no Brasil nos últimos dez anos. Um crescimento vertiginoso, na verdade uma tragédia anunciada, que desde 1980 cresce assustadoramente. Em um país onde boa parte de seus jovens é assassinada e não têm acesso à Justiça o estado de direito se mostra ameaçado, ameaçando, dessa forma, a própria democracia. Esta não existe sem direitos individuais, como o direito a vida o é.

Alguns antropólogos e sociólogos apontam para a cultura como sendo a principal variável explicativa, ou, no mínimo, como uma variável interveniente. No caso específico de Pernambuco, que Recife participa com aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos homicídios, explicações culturais que inserem a “cultura machista” do homem pernambucano que “não leva desaforos para

casa” já foi bastante utilizada. O machismo é uma cultura característica da formação patriarcal brasileira e se apresenta, de forma mais acentuada em alguns lugares mais que em outros, na conjuntura histórica dessa sociedade (Buarque de Holanda, 1956). É difícil de mensurar e fica muito no campo da opinião.

Outra gama de cientistas sociais aponta para a importância da cultura na formação das instituições brasileiras. Um *ethos* autoritário advindo com a formação patriarcal e valores culturais do “jeitinho brasileiro” e do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda estariam na raiz da formação das instituições perpassando historicamente esse *ethos* corrupto e nepotista, influenciando negativamente no desenho das instituições, emperrando o avanço democrático destas, onde o personalismo e a “consideração” valem mais que a imparcialidade e o profissionalismo, característicos do modelo de tipo ideal burocrático weberiano.

Uma considerável parte da literatura aponta para uma ligação forte entre desigualdade e pobreza e a violência (Nóbrega Júnior, Zaverucha e Rocha 2009), contudo muitos testes empíricos demonstram falta de relação entre variáveis socioeconômicas e os homicídios como indicador para violência (Nóbrega Júnior, 2008 e 2009a). Estudos recentes apontam para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil (HOFFMANN, 2006), mas quando relacionamos os dados dessa redução com o homicídio o resultado é insignificante (Nóbrega Júnior, 2008 e 2009a).

Outra corrente afirma a importância das instituições como àquelas que moldam as ações dos indivíduos, onde os valores e as crenças podem ser colocados em segundo plano, apesar de acharem importante o seu papel na condução das instituições (Hall e Taylor, 2003). Afirmam que instituições podem mudar, mesmo que lentamente, e que tais mudanças tendo como modelo tipos ideais democráticos de racionalidade, levam a mudanças de comportamento conduzindo, assim, a mudanças culturais. Dispositivos coercitivos racionais, sobretudo no aparato de justiça, levariam a queda da criminalidade quando utilizados de forma responsável. Reformas nas instituições, contratações de funcionários via concurso público e maior visibilidade punitiva poderia levar a mudanças culturais. Onde antes existia o conflito passaria a existir a administração desse conflito, sem o derramamento de sangue tão característico da realidade brasileira. Isso passa pela questão da segurança pública, como um bem comum escasso na atual realidade brasileira e, em específico, na capital pernambucana.

2. SEGURANÇA PÚBLICA COMO REDUTOR DA VIOLÊNCIA

Alguns autores importantes trabalham com a tese da implicância institucional como fator de redução da criminalidade violenta, aí também incluso os homicídios. Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007) demonstram que as relações de causalidade para os homicídios residem no problema institucional coercitivo. A falência do sistema de justiça criminal fez ruir um dos principais pilares do estado de direito, aquele relacionado à capacidade de responsabilização horizontal (*accountability*²) – ou de fazer cumprir as relações contratuais entre indivíduos e entre estes e as instituições -, premiando a impunidade e, no limite, levando ao estado de anarquia. Esses condicionantes estruturais permitiram que se estabelecessem as condições ambientais ideais para o crescimento do crime desorganizado e organizado: espaços urbanos altamente complexos; grande contingente de jovens sem supervisão e orientação, incluídos (pela mídia de massas) na cultura do consumo, mas excluídos dos meios econômicos para sua realização, neste ponto seguindo o raciocínio de Mendonça (2000); grande difusão e descontrole de elementos altamente criminogênicos, como armas, drogas e bebidas alcoólicas; e a perspectiva de impunidade, ditada pela falência do sistema de justiça criminal (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007: p. 142).

Cerqueira *et ali* (2007) seguem um esquema de visualização do papel do setor de segurança onde este deve ser livre de conotações políticas, e a aplicabilidade de políticas racionais baseadas em informação e inteligência devem prevalecer. Trabalham em cima da dinâmica dos homicídios no Brasil revelando os principais grupos alvejados pela criminalidade violenta homicida. Ponto de destaque é o método comparativo entre diversas políticas de segurança pública em alguns contextos internacionais e a tentativa de derrubar alguns mitos do senso comum, alguns deles: *segurança pública é caso de polícia; o problema é social, a polícia só pode enxugar gelo; o problema é meramente de falta de recursos, com mais dinheiro os problemas serão resolvidos e com o crescimento econômico o problema será resolvido* são alguns pontos levantados (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007: p.143).

Parte importante do trabalho diz respeito aos resultados empíricos das causalidades da criminalidade no Brasil. Os autores apontam cinco elementos-chave que explicam o processo de hipercriminalidade brasileira em um longo período (1980-2000). O primeiro elemento é demográfico, ou seja, o crescimento populacional nesse período. Esse elemento teria sofrido um problema estrutural de falta de acompanhamento estatal dos principais serviços públicos, estes em grande escassez para a maioria daquela população. Outro elemento diz respeito à desigualdade socioeconômica vigente. Com

² Responsabilização, transparência com os recursos públicos e eficácia institucional.

base numa análise de séries temporais, isto é, análise de vetores auto-regressivos (VAR) e vetor de correção de erros (VEC)³, foram avaliados os impactos de cinco variáveis de caráter socioeconômico em relação as taxas de homicídio dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As variáveis independentes: contingente populacional, desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini, renda domiciliar *per capita* e despesas em segurança. O resultado do modelo foi concluído da seguinte forma: o crescimento populacional e a desigualdade de renda (medida pela renda domiciliar *per capita*) contribuíram para o aumento dos homicídios (variável dependente), já o crescimento da renda domiciliar *per capita* e os gastos com segurança pública levam a um decréscimo dos homicídios (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007: p.154).

A impunidade é apresentada como variável para explicar os homicídios no Brasil. A existência de um modelo de polícia obsoleto e viciado, a inexistência de polícia técnica e de investigação criminalística, problemas relacionados a qualidade e lisura do inquérito policial e um sistema penitenciário falido foram fatores utilizados para explicar a violência. A gestão da segurança é vista numa perspectiva comparada em que os autores chegam à conclusão que nada adianta - reformas estruturais de caráter socioeconômico -, sem uma reforma sofisticada do aparato de segurança pública e o fim de políticas equivocadas dentro do sistema (Cerqueira *et ali*, 2007).

Seguindo caminho semelhante quanto ao papel da gestão de Segurança Pública, Saporì (2008) faz sua análise, inicialmente, abordando uma perspectiva histórica do desenvolvimento do acesso à justiça e do aparato policial como sendo ferramentas sociais do mundo ocidental pós século XVIII, onde tais ferramentas demonstram uma perspectiva instrumental e racional do aparato coercitivo como sendo fundamentais para a consolidação do estado democrático de direito, sem as quais dificilmente teremos controle da violência.

A segurança pública aparece como um bem onde seu arranjo institucional *compõe um complexo sistema organizacional e legal que por sua vez divide-se em subsistemas com características próprias e singulares, mas que estão articulados (...) por uma divisão de trabalho e complementaridade de funções. Estão inseridos nesse processo sistêmico o subsistema policial, o subsistema judicial e o subsistema prisional* (Cf. Coelho, 1988 apud Saporì,

³ Utilizam-se tais metodologias sempre que as séries estatísticas são não-estacionárias, caso em que outras análises menos complexas poderiam estar captando apenas relações espúrias entre as variáveis. Desse modo, eventuais estimativas da relação entre duas variáveis poderiam erroneamente ser interpretadas como relações de causalidade (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007: conforme original, nota na página 154).

2008: p. 43). É demonstrada a relevância do aspecto institucional de sua análise, onde o neo-institucionalismo⁴ fornece a base teórica de sua explicação. O desenho institucional é explicado de forma comparativa, onde os modelos acusatorial e inquisitorial dos sistemas de justiça criminal são confrontados e delineados. O modelo brasileiro, fortemente influenciado pela tradição inquisitorial dos procedimentos de investigação e julgamento, aparece como ponto nevrálgico para o entendimento do fluxo do sistema criminal.

As políticas públicas são apresentadas como uma articulação entre diversos segmentos dos três poderes, mostrando como é importante o entendimento das linhas institucionais e seus vínculos e aspectos políticos para a aplicação das políticas de segurança. Confrontando diversos modelos de gestão de segurança, o autor aponta sucessos e insucessos desses planos executados em contextos variados, dando destaque para os casos de Nova Iorque e Bogotá. Para esta cidade são apontados modelos de gestão e de aplicação de políticas preventivas em paralelo a políticas repressivas como fazendo parte do sucesso da queda dos homicídios naquela cidade colombiana. Controle do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de armas de fogo, recuperação de espaços urbanos deteriorados, estímulo à participação comunitária, fortalecimento da polícia, ampliação das carceragens municipais, prevenção da violência doméstica e implantação de mecanismos alternativos para resolução de conflitos seriam pontos dessas políticas (Sapori, 2008).

Partindo de um ponto de vista epistemológico equivocado a respeito da democracia brasileira⁵, Sapori afirma em capítulo de seu livro destinado a análise do serviço de segurança pública no Brasil, que, apesar da considerável melhoria dos indicadores de desenvolvimento e pobreza do país nas últimas três décadas, onde os serviços de educação, saúde e acesso ao trabalho melhoraram, o mesmo não pode ser dito a respeito da capacidade do estado em prover o controle da criminalidade e da violência. As taxas de homicídios cresceram a nível nacional em três vezes ao início da década de oitenta. Os jovens entre 15 e 24 anos do sexo masculino como sendo o grupo de risco

⁴ Para entender a teoria do neo-institucionalismo: HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), "As Três Versões do Neo-Institucionalismo" in *Lua Nova*. Nº 58, pp. 193-223.

⁵ Sapori (2008) afirma categoricamente que a democracia brasileira não deve em nada as democracias mais desenvolvidas do mundo ocidental. Parte de uma perspectiva epistemológica submínima da democracia, onde a eleição confunde-se com a própria democracia. Teoricamente a democracia procedural minimalista enxerga as eleições como sendo necessárias, porém insuficientes para a consolidação da mesma. A garantia à vida é um princípio básico da democracia liberal burguesa que se tem iniciada em fins do século XVIII. Como afirmar que um país é uma democracia plena, minimamente, com mais de quarenta e quatro mil assassinatos a cada ano, numa progressão geométrica desde, pelo menos, a década de oitenta? Para um melhor entendimento da teoria minimalista em confronto com a subminimalista ver Nóbrega Júnior (2009c).

mais atingido pela criminalidade homicida. Com o crescimento vertiginoso do crime organizado e do tráfico de drogas (Sapori, 2008: pp. 97-99).

Sapori (2008) evidencia ponto importante nos estudos sobre violência em relação à ineficácia das instituições do sistema de justiça criminal, a falta de dados para efetuação de estudos empíricos mais consistentes. Aponta diversos estudos sobre a baixa expectativa de punição por parte do sistema de justiça criminal, sobretudo em confronto com modelos mais eficientes, como é o norte-americano. A baixa taxa de encarceramento é apontada como fator importante para o crescimento da criminalidade, sobretudo os homicídios.

Conforme dados do Ministério da Justiça (2006), *chegamos ao final de 2005 com um total de 361.402 presos, dos quais 296.919 nas unidades penitenciárias e 64.483 em cadeias públicas e carceragens administradas pela Polícia Civil. As vagas disponíveis apenas no sistema penitenciário eram 206.347, de modo que o déficit estava no patamar de 90 mil vagas, superando em 30 mil vagas o déficit do ano de 2004.* Mesmo com uma taxa de 190 presos por 100 mil habitantes, taxa esta duplicada desde meados da década de 1990, ainda é baixa em relação ao crescimento populacional do período e em confronto com os padrões internacionais (Sapori, 2008: p. 104).

A política de segurança é apontada como mal gerenciada a níveis federal e estadual. Sapori daí afirma ser fator determinante para a ineficiência destacada no sistema de justiça criminal tal ingerência do estado nos assuntos de políticas públicas de segurança. Críticas aos modelos de confronto das políticas públicas no caso específico do Rio de Janeiro, e uma agenda formulada tardiamente pelos governantes são colocados como pontos nevralgicos da situação precária da segurança pública brasileira. *Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no Executivo federal, seja nos executivos estaduais* (Sapori, 2008: p.109).

O argumento central de Sapori está no fato de que, nem reformas estruturais profundas, nem redesenhos institucionais – como a extinção da Polícia Militar, por exemplo – seriam determinantes a curto e médio prazo para a redução da violência. Mas sim, a idéia de que a gestão da política de segurança pública seria capaz de reduzir a atividade criminosa vindo a provir de forma eficiente a ordem pública como bem coletivo (Sapori, 2008: p. 123).

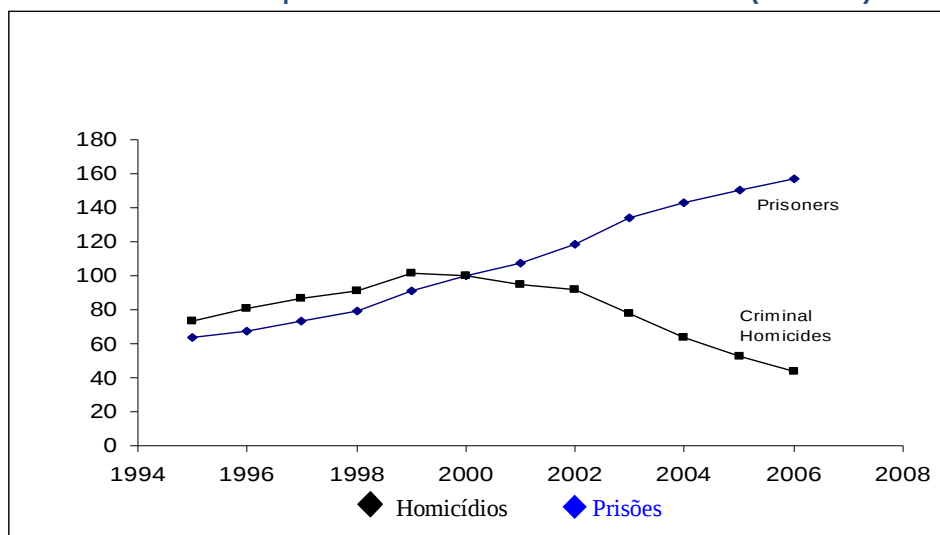
Goertzel e Khan (2008) apontaram para as políticas públicas de segurança no estado de São Paulo como base explicativa para a redução dos homicídios no maior e mais populoso estado da federação. Alguns pontos são importantes, dentre eles o papel da polícia que respondeu às taxas de crime ascendentes nos anos noventa com mudanças em sua cultura de

administração semelhante aos instituídos na Cidade de Nova Iorque nos anos noventa.

Deram prioridade ao cadastramento de dados empíricos e usaram isto para planejar e avaliar programas. Uma rede de comunicações de caráter intergovernamental foi estabelecida para unir a polícia militar e civil. Foram centrados em um sistema de informação geográfico, procurando o envio de unidades de policiamento as áreas mais críticas, sobretudo aquelas controladas por traficantes. Um banco de dados foi estabelecido com fotografias de mais de 300.000 criminosos. Painéis de comando de telefone foram fixados para recebimento de reclamações de incidentes, e uma rede de trabalho foi formulada para levar relatórios de roubos de veículos, documentos e telefones celulares. Comunidade e polícia se reuniram em estações, e uma unidade de combate ao homicídio foi organizada com ênfase em resolver casos difíceis. Uma unidade especializada foi organizada para prover ajuda encorajadora a mulheres que foram vítimas de crimes sexuais. Software de computador sofisticado uniu informações dos relatórios da polícia com registros de banco de dados, registros de telefone e áreas prováveis de residência. A polícia iniciou esforços mais agressivos para remover armas de fogo ilegais das ruas. Apontada com uma das principais variáveis para a redução dos homicídios.

Como consequência destes esforços apontados pelos autores, o número de prisões no estado de São Paulo aumentou de 18,6 % no primeiro trimestre de 1996 para 30,8 % no primeiro trimestre de 2001 depois da prisão de aproximadamente 23.000 pessoas por mês. Este aumento no número de condenados enviado a prisão a cada trimestre do ano levou ao aumento da população carcerária do estado. O aumento das prisões a partir de 2000 se apresenta como variável importante na queda dos homicídios, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 03: Taxas de prisão versus taxas de homicídio em São Paulo (1995-2006)



Fonte: Goertzel and Khan (2008).

Zaverucha (2004) aponta também para a questão institucional. Analisando a polícia civil do estado de Pernambuco, o autor demonstra as incongruências institucionais do aparato de justiça criminal como sendo fator determinante para a falência da Segurança Pública no estado. As interferências políticas e a falta de demanda eleitoral são pontos centrais em sua análise em torno do fracasso de Pernambuco em garantir segurança para os seus indivíduos.

3. BARÔMETRO DA SEGURANÇA E DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RECIFE

Defendo a tese na qual a segurança pública responsiva e transparente leva a resultados satisfatórios na redução da criminalidade violenta, como a literatura apresentada na seção anterior sugere e, em alguns pontos, comprova. Observando os dados do 7º Barômetro Pernambuco (Recife), pesquisa elaborada pelo IPESPE, entre os dias 30 e 31 de agosto de 2008, foquei a área específica da segurança, onde a maioria dos eleitores recifenses opinou sobre uma área que se mostra de extrema preocupação. Contudo, parece que a variável segurança pública não é condicionante para uma boa fatura nas urnas por parte dos candidatos ao pleito.

A amostra da pesquisa foi extraída aleatoriamente de 1.000 entrevistas representativa do eleitorado do Recife. Foram definidas cotas de localidade, sexo e idade a partir do que foi aleatória a seleção dos entrevistados. As características da amostra seguiram a seguinte distribuição: sexo = masculino

45% e feminino 55%; idade = 16 aos 24 anos 17%; 25 aos 44 anos 45% e 45 e mais 39%; instrução = até 4ª série 26%; 5ª à 8ª série 28%; ensino médio/superior 46%; renda familiar = até 2 salários mínimos 57%; de 2 a 5 salários mínimos 28% e mais de 5 salários mínimos 15%.

Como dito anteriormente, a pesquisa, além de analisar os atributos eleitorais do pleito para a prefeitura do Recife, avaliou algumas áreas específicas, dentre elas a segurança pública. Também procurou medir a percepção do recifense quanto a questão da violência que, como vimos, a cidade vem sendo campeã dos indicadores, sobretudo de homicídios, nos últimos anos.

Com relação a expectativa em relação à situação do Recife nos próximos meses na área de segurança pública apenas 3% do total da amostra considerou ótima tal expectativa. 54 % dos entrevistados consideraram entre ruim e péssima suas expectativas em torno da segurança pública na cidade. Os grupos etários entre 25 e 44 anos de idade e o de 45 e mais anos foram, empatados, os grupos que apresentaram pior expectativa, com 55% dos casos. Os de menor instrução aparecem como aqueles menos otimistas quanto a pasta da segurança com 58% deles afirmando ser ruim ou péssima sua expectativa. Os de menor renda apresentam a pior expectativa, 57% daqueles que percebem até dois salários mínimos são os menos esperançosos.

Tabela 3: expectativa com relação à situação do Recife nos próximos meses na área da segurança

Segurança		TOTAL	SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO			RENDA FAMILIAR		
			M	F	16-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ANOS E+	ATÉ 4ª. SÉRIE FUND.	5ª. À 8ª. SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO/SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
	Ótima	3	2	4	4	4	2	4	3	3	4	2	3
	Boa	15	16	13	13	13	17	18	17	11	15	14	13
	Regular	24	26	23	30	25	21	14	26	29	22	29	27
	Ruim	19	16	21	20	18	19	16	20	19	19	20	15
	Péssima	35	36	35	29	37	36	42	32	34	38	30	36
	Não sabe / Não respondeu	4	3	4	4	3	5	6	3	3	3	4	5

Fonte: IPESPE (2008: p.16)

No que tange a avaliação da situação da segurança no Recife, 74% dos entrevistados avaliaram como sendo ruim ou péssima tal situação, com 59% entre os que acredita ser péssima a situação. Em todas as variáveis apresentando altíssimo nível de rejeição à política de segurança pública da cidade do Recife, como todas elas apresentando níveis acima dos 70%, conforme tabela abaixo.

Tabela 4: avaliação da situação da segurança no Recife

	TOTAL	SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO			RENDA FAMILIAR		
		M	F	16-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ANOS E+	ATÉ 4ª. SÉRIE FUND.	5ª. À 8ª. SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO/ SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
Ótima	1	1	1	1	1	1	2	1	0	1	1	1
Boa	4	4	3	3	2	6	6	3	3	4	4	4
Regular	21	25	18	21	20	22	16	23	22	20	23	17
Ruim	15	14	15	20	15	12	15	15	15	14	17	14
Péssima	59	55	62	56	60	59	60	57	59	60	54	64
Não sabe / Não respondeu	1	0	1	0	0	1	2	0	0	1	0	0

Fonte: IPESPE (2008: p.20)

Ponto importante diz respeito a opinião sobre a evolução da violência no Recife. Apesar das pequenas reduções a nível macro tanto em Pernambuco como na cidade do Recife – em Pernambuco a taxa de homicídios em 2006 foi de 54,5 e em 2007 foi de 53,5 e um ano depois de lançado o Pacto pela Vida⁶ com uma queda de 6,9% na taxa, segundo dados oficiais; e Recife caindo de 72 para 68 homicídios por cem mil habitantes -, 67% dos recifenses acreditam que a violência vem aumentando muito e 11% aumentando pouco, num total de 78% da amostra. Os homicídios como referência para violência vem diminuindo pouco nos últimos três anos (2006 a 2008), na verdade há uma estabilidade pelo alto. Contudo, quando analisamos uma série histórica maior a tendência é positiva nos dados de homicídios (Nóbrega Júnior, 2009d). Contudo, a percepção do eleitor ultrapassa a variável homicídio, percebendo a violência como um fator bem mais amplo, em todas as variáveis da tabela 5 apontando para “aumentando muito” em média de 70%.

⁶ Plano do governo de Pernambuco para o combate à violência no estado, que tinha como principal meta a redução dos homicídios em 12% em um ano.

Tabela 5: opinião sobre a evolução da violência no Recife

	TOTAL	SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO			RENDIA FAMILIAR		
		M	F	16-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ANOS E+	ATÉ 4ª. SÉRIE FUND.	5ª. À 8ª. SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO/ SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
Diminuindo muito	1	2	1	1	1	1	2	2	0	1	1	1
Diminuindo pouco	9	12	7	11	9	10	11	7	10	9	7	15
Nem aumentando nem diminuindo	11	13	10	10	12	11	11	10	12	11	12	11
Aumentando pouco	11	11	10	13	10	10	13	10	10	11	12	9
Aumentando muito	67	62	72	65	68	67	63	70	68	68	67	64
Não sabe / Não respondeu	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1

Fonte: IPESPE (2008: p.21)

Como as manchetes de jornais demonstram grande impacto quando o assunto é violência contra a mulher, os mesmos 78% acreditam estar tendo um aumento da violência sexista. Quando a violência é homicídio, as mulheres são grupos bem menos atingidos sendo responsáveis por uma média de 8 % dos homicídios na cidade do Recife, responsáveis por menos de 10 homicídios por cem mil habitantes do sexo feminino. Há grande impacto também dos movimentos organizados das mulheres e grande gama de organizações que defendem os seus interesses. Outra informação importante diz respeito a Lei Maria da Penha que vem tendo papel importante no impacto midiático, contudo, esta lei não vem demonstrando relação causal com a redução dos homicídios femininos⁷ (Cf. gráfico 2).

⁷ Precisamos destacar que o *feminicídio* em Pernambuco deve ser melhor estudado em suas reais causas. Adiantamos que quase 70% dos homicídios, e agressões em geral, contra as mulheres são praticados pelos seus companheiros (Soares, 2006).

Tabela 6: opinião sobre a evolução da violência contra a mulher no Recife

	TOTAL	SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO			RENDA FAMILIAR		
		M	F	16-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ANOS E+	ATÉ 4ª. SÉRIE FUND.	5ª. À 8ª. SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO/ SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
Diminuindo muito	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	3
Diminuindo pouco	11	13	9	15	10	10	10	9	12	10	10	15
Nem aumentando nem diminuindo	8	9	7	8	8	8	9	6	8	8	10	5
Aumentando pouco	11	12	11	15	12	9	10	10	13	12	11	11
Aumentando muito	67	63	70	58	68	70	68	71	64	67	67	66
Não sabe / Não respondeu	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1

Fonte: IPESPE (2008: p.22)

Ponto nevrálgico da pesquisa diz respeito à opinião dos eleitores sobre os problemas que deveriam ser enfrentados prioritariamente no combate à violência. Apesar dos grupos de extermínio em Recife serem responsáveis por verdadeiras chacinas, o que tem um impacto positivo no crescimento das taxas de homicídios, sobretudo pela elevada utilização de armas de fogo, apenas 15% dos eleitores acredita ser prioridade o desmantelamento desses grupos, o que nos aponta para uma variável que leva as autoridades a não se preocuparem tanto com o problema, pois a eliminação de grupos de extermínio não gera dividendos político-eleitorais⁸. 54% dos eleitores acreditam ser prioridade o combate da violência contra a mulher e 44% acreditam ser prioridade o enfrentamento da violência contra as crianças. Os homicídios em geral ficam em terceiro lugar com 36% dos eleitores opinando como prioridade no combate à violência. Combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas aparece, também, com 36% dos eleitores⁹. Os assassinatos

⁸ Destacamos que a variável *Grupos de Extermínio* vem tendo pouca relação causal com os homicídios na Região Metropolitana do Recife. Segundo dados do DHPP de Pernambuco dos homicídios registrados entre outubro de 2008 e maio de 2009, apenas 7,16% são de autoria de grupos de extermínio.

⁹ No mesmo banco de dados do DHPP, homicídios com autoria *tráfico de drogas* correspondem a 32% dos casos.

de jovens como quarta preocupação com 29% dos eleitores entrevistados – destacamos que os jovens são mais atingidos pela violência em seus diversos níveis, como foi demonstrada na primeira seção -, violência sexual em quinto lugar com 21%; corrupção no estado com 19%; violência contra os idosos com 15% e o problema dos presídios com 8%, nos levando a crer que políticas públicas neste setor dificilmente será prioridade dos governos¹⁰.

Tabela 7: opinião sobre problemas que deveriam ser enfrentados prioritariamente no combate à violência

	TOTAL	SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO			RENDA FAMILIAR		
		M	F	16-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ANOS E+	ATÉ 4ª. SÉRIE FUND.	5ª. À 8ª. SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO / SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
Violência contra a mulher	54	45	61	46	55	56	65	54	46	56	50	50
Violência contra as crianças	44	39	48	42	42	47	49	41	43	44	42	48
Homicídios em geral	36	37	35	40	36	34	28	35	41	36	33	40
Combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas	36	40	32	42	37	32	29	36	40	35	37	37
Assassinato de adolescentes e jovens	29	28	30	29	29	28	29	27	30	29	30	29
Violência sexual	21	20	23	25	23	18	21	22	21	23	19	21
Corrupção no Estado	19	25	15	20	20	18	11	16	26	16	25	24
Grupos de extermínio	15	20	11	17	16	13	12	18	15	15	16	13
Violência contra os idosos	15	13	17	8	13	21	23	18	9	17	16	7
O problema dos presídios	8	9	6	12	8	5	4	9	9	7	9	7
Violência no trânsito	5	5	5	3	6	6	5	6	5	6	5	5
Roubo de carros e motos	3	5	2	3	3	3	2	5	3	3	3	4
Seqüestros	3	4	3	6	2	3	4	3	2	3	2	5
Nenhuma destas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Não sabe / Não respondeu	1	0	1	0	0	2	2	0	1	1	1	1

Fonte: IPESPE (2008: p.23)

¹⁰ 66% dos detentos do Estado de Pernambuco são presos provisórios, muitos deles passam anos sem nenhum tipo de assistência jurídica (Rodrigues, 2009: 4).

Já a opinião dos eleitores sobre as áreas nas quais estão os principais problemas de segurança pública no município de Recife, a corrupção policial aparece como sendo o maior problema para os recifenses com 60% dos eleitores elegendo esta variável. Em segundo lugar é a justiça lenta¹¹ com 45% dos eleitores apontando como sendo problema a ser enfrentado na segurança pública municipal. Em terceiro lugar, e que tem ligação com a primeira variável, foi o mal preparo da polícia sendo eleito com 42% dos entrevistados como sendo preocupação. Em quarto lugar a impunidade, que pode estar ligado com a justiça lenta, com 39% dos entrevistados. Pouco policiamento vem em quinto lugar com 34% dos entrevistados. Os baixos salários dos policiais aparecem em sexto com 27% dos entrevistados. Apesar do frequente crescimento dos gastos em segurança pública por parte do governo do Estado (Oliveira e Nóbrega Júnior, 2008), o pouco dinheiro para a segurança aparece como sétima preocupação por parte do eleitorado recifense com 21% dos entrevistados. Pouca iluminação vem com 7% o mesmo percentual da separação entre as polícias civil e militar em suas atribuições, e em último lugar a ineficiência do inquérito policial com 5% dos eleitores apontando como fator de preocupação, apesar de um ineficaz inquérito policial gerar impunidade e atrapalhar de forma acentuada a celeridade do Poder Judiciário.

¹¹ Reforçar que entre os anos de 2003 e 2004 houve 2.114 homicídios na cidade do Recife, em novembro de 2005 apenas 17 casos foi julgado pela justiça, i.e., menos de 1% do total de mortes naqueles anos (Revista do Ministério Público de Pernambuco, 2006).

Tabela 8: opinião sobre áreas nas quais estão os principais problemas de segurança pública no município de Recife

	TOTAL	SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO			RENDA FAMILIAR		
		M	F	16-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ANOS E+	ATÉ 4ª. SÉRIE FUND.	5ª. À 8ª. SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO/ SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
Corrupção na polícia	60	64	56	67	59	58	60	62	59	59	61	62
Justiça lenta	45	43	47	51	42	45	46	41	47	46	46	39
Polícia mal preparada	42	40	43	44	44	38	39	40	44	42	43	38
Impunidade	39	39	39	36	38	41	37	40	40	37	40	44
Pouco policiamento	34	33	35	37	34	33	34	38	32	34	33	35
Baixos salários dos policiais	27	29	26	18	30	29	26	27	29	26	30	30
Pouco dinheiro para a segurança	21	21	22	19	23	21	21	21	22	22	20	22
Pouca iluminação pública	7	6	8	9	7	6	6	9	7	8	6	7
Separação das polícias civil e militar	7	8	5	6	7	7	6	8	6	7	5	10
O inquérito policial ineficiente	5	5	5	4	5	6	7	4	5	6	5	5
Nenhuma destas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Não sabe / Não respondeu	1	0	1	0	1	1	2	0	1	1	1	0

Fonte: IPESPE (2008: p.24)

O Barômetro Pernambuco (Recife) nos dá uma boa referência da percepção dos eleitores da capital sobre as questões da segurança e da violência num estado que vem se destacando, negativamente é claro, nacionalmente e internacionalmente pelos seus índices de violência, com destaque para os homicídios.

Outro ponto relevante diz respeito a percepção do candidato das escolhas de seus eleitores. Se estes não revelam grande preocupação em pontos como os homicídios de jovens e o combate aos grupos de extermínio, por que o candidato fará o mesmo? O importante é discutir novas variáveis

onde as instituições coercitivas se apresentam como grandes atores políticos redutores da criminalidade, sobretudo a homicida, sem as quais dificilmente a violência retrocederá em nosso estado e, em específico, na cidade do Recife.

CONCLUSÕES

Aqui procurei revelar a percepção do eleitor recifense sobre a segurança e a violência no período eleitoral na cidade do Recife. Essa percepção foi avaliada tendo como base um referencial teórico, este de caráter institucional (Hall e Taylor, 2003), onde as instituições são fatores relevantes para a ação individual, ou seja, as instituições importam. Daí avaliar de forma sumária a evolução e dinâmica da violência (Proxy=homicídios) na cidade do Recife nos últimos vinte e cinco anos para procurarmos entender a realidade dessa violência, no intuito de confrontar essa realidade com a percepção do eleitor da cidade do Recife, capital mais atingida pela criminalidade homicida no Brasil. Para tanto foi utilizado como referencial empírico a pesquisa do Barômetro Pernambuco (Recife) do Instituto de Pesquisa Econômica e Social de Pernambuco (IPESPE), onde a área da segurança pública foi colocada para os entrevistados em uma série de questionamentos.

A dinâmica homicida aponta para uma realidade onde os jovens do sexo masculino aparecem como sendo o grupo de risco mais atingido/vitimado pela violência na cidade do Recife. As mulheres e as crianças com menos de dez anos de idade são pouco atingidas/vitimadas por esse tipo de violência. Apesar disso, os dados apontam para a percepção em que a violência contra as mulheres e contra as crianças deve ser a prioridade dos governos, sobretudo do município, mas não os homicídios juvenis e o desmantelo de grupos de extermínio. Estes apresentaram percentuais bem menos expressivos, com os grupos de extermínio não tendo grande preocupação por parte dos entrevistados. Ou seja, as políticas públicas que reduzirem a violência doméstica seriam suficientes para o candidato ser bem avaliado, mas a redução dos homicídios não!

Como vimos no referencial teórico, bons governos salvam vidas! (Soares, 2008). E as políticas de segurança pública que reduzem homicídios fazem isso. Mas, tais políticas têm como metas principais outras que não a redução da violência doméstica, que não deve ser negligenciada, mas que aparece como pouco importante no impacto dos homicídios como os dados bem demonstraram. Goertzel e Khan (2008), Saporì (2008) e Zaverucha (2004) apontam que políticas públicas que geram eficácia institucional (*accountability*) e unem políticas de repressão com as de prevenção obtém maior sucesso em curto espaço de tempo.

Diminuir os espaços das oportunidades aos criminosos, ou seja, fazer com que o crime não valha à pena é de fundamental importância para a manutenção de uma segurança pública efetiva e responsiva. Mas não é para a maioria dos eleitores que enxergam uma realidade distorcida, onde, também, estes eleitores seguem como guia de referência a imprensa, muitas das vezes equivocada no momento de levar a informação sobre a violência, hiperdimensionando fatos e generalizando por método dedutivo.

Concluo, seguindo o modelo de explicação descritiva dos dados, de interpretação sócio-antropológica e institucional, que foi colocado em toda a exposição do trabalho, que a violência homicida vem tendo uma tendência positiva desde 1998, e a maioria dos jovens do sexo masculino vem sofrendo grande impacto de vitimização nessa violência. Políticas de segurança pública que reduzam esta realidade precisam ser aplicadas, mas a percepção do eleitorado pode fazer com que os gestores, atores racionais e sempre preocupados com os dividendos eleitorais, observando tal percepção apliquem os recursos em mais delegacias no combate à violência contra a mulher, por exemplo, e menos atenção ao preparo policial e a formatação do inquérito policial, que podem ter impacto maior na redução da violência como um todo.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. Diretoria de Produção de Informações de Produção de Informações, Estudos e Pesquisas – DIEP. Gerência de Acompanhamento, Controle e Avaliação de Ações Prioritárias de Governo – GCAP. Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco (2008), *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, 4º trimestre 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (1956), *Raízes do Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro.

CERQUEIRA, Daniel (2007), “A quem interessa a segurança pública no Brasil?” in *(In)segurança Pública e a Ordem Social*. Jorge Zaverucha, Adriano Oliveira e Armando Nascimento (Orgs.). Editora UFPE. Recife.

CERQUEIRA, D., LOBÃO, W. e CARVALHO, A. (2007), “O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil” in *Homicídios no Brasil*, Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batistucci (orgs.), Ed. FGV, Rio de Janeiro.

GORTZEL, T. e KHAN, T. (2008), “The Great São Paulo Homicide Drop”. *Manuscrito*.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), “As Três Versões do Neo-Institucionalismo” in *Lua Nova*. Nº 58, pp. 193-223.

HOFFMANN, Rodolfo (2006), “Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005” in *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*, Barros et ali (orgs.) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 1, www.ipea.gov.br

IPESPE - Instituto de Pesquisa Econômica e Social de Pernambuco (2008), *Barômetro Pernambuco (Recife)*, 7ª Rodada, 30-31 de agosto.

KHAN, Túlio (2008), Dados apresentados no Encontro: “Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo – Fatores Explicativos e Movimentos Recentes”, realizado pela Escola de Direito de São Paulo, Edesp/FGV, São Paulo, 21 de agosto de 2008.

MENDONÇA, M. J. (2000), Um Modelo de Criminalidade para o Caso Brasileiro. IPEA. *Manuscrito*.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2008), “Homicídios em Pernambuco e no Brasil: dinâmica e relações de causalidade”. XXIX Conferência anual da ILASSA, Universidade do Texas em Austin, EUA, em fevereiro de 2009.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2009a), “A queda da desigualdade de renda no Brasil e os homicídios na Região Nordeste”. Revista Espaço Acadêmico. Nº 98. Julho de 2009. PP.72-80. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewPDFInterstitial/7597/4376>

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2009b), “O Paradoxo Nordestino II”. Disponível em: <http://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/?s=paradoxo+nordestino+ii>

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2009c), *Semidemocracia brasileira: as instituições coercitivas e práticas sociais*. Nossa Livraria Editora. Recife.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2009d), “Os homicídios em Pernambuco ainda estão acima da média”. Disponível em: <http://josemariannobrega.blogspot.com/2009/08/os-homicidios-em-pernambuco-ainda-estao.html>

NÓBREGA JÚNIOR, J.M.P da; ZAVERUCHA, Jorge e ROCHA, Enivaldo C. da (2009) “Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos”. Aceito para publicação na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*.

OLIVEIRA, Adriano (2007), *Tráfico de Drogas e Crime Organizado – Peças e Mecanismos*. Juruá Editora, Curitiba.

OLIVEIRA, A. ; NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. (2008), “Segurança Pública em Pernambuco: investimentos e homicídios”. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 87, p. 1-4. ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/087/87oliveira.htm>

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2006), *Violência Endêmica. Relatório de Pesquisa. Homicídios na Cidade do Recife: Dinâmica e Fluxo no Sistema de Justiça Criminal*, Recife.

RODRIGUES, Artur (2009), “O grito dos inocentes ecoa atrás das grades” in *Jornal do Commercio*, Caderno Cidades, 9 de agosto, domingo. P. 4.

SAPORI, L. F. (2008), *Segurança pública no Brasil. Desafios e perspectivas*. FGV. Rio de Janeiro.

SIM/DATASUS/MS (2008) O Sistema de Informações sobre Mortalidade.

SOARES, Gláucio A. D. (2006), “O Femicídio”. *Manuscrito*.

SOARES, Gláucio A. D. (2008), *Não Matarás. Desenvolvimento, Desigualdade e Homicídios*. Ed. FGV. Rio de Janeiro.

WASELFISZ, Julio Jacobo (2008), *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008*, Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.

ZAVERUCHA, Jorge (2004), *A Polícia Civil de Pernambuco: O Desafio da Reforma*, Ed. UFPE. 2ª Edição Revisada. Recife.